



ENTREVISTA COM A PROFESSORA MÁRCIA TIBURI¹

Magda Guadalupe dos Santos²
Sérgio Murilo Rodrigues³

Sapere Aude. Gostaríamos em primeiro lugar de agradecer à cara Prof^a. Márcia Tiburi pela cordialidade em nos conceder esta entrevista. A revista *Sapere Aude*, do Departamento de Filosofia da PUCMINAS, se sente bastante honrada com a sua participação nesse dossiê dedicado à Epistemologia Feminista.

Sapere Aude. Levando em consideração o tema da “função política do esquecimento”, você problematiza o alcance do esquecimento, da memória e da história em seu texto “Política, Mulheres e Filosofia”. Especificamente, dá um tratamento epistemológico a essa verdadeira impossibilidade da história, do não-dito, do que foi propositalmente ocultado e esquecido, que é a participação das mulheres na história da cultura. No texto você levanta uma questão bem interessante, a de que “o poder patriarcal não é apenas um dado histórico”, mas, sobretudo arcaico e fundante, que modela a nossa realidade. De fato, se formos pensar nos

¹ **Professora de filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie.** Marcia Tiburi é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. Publicou livros de filosofia, entre eles “As Mulheres e a Filosofia” (Ed. Unisinos, 2002), *Filosofia Cinza – a melancolia e o corpo nas dobras da escrita* (Escritos, 2004); “Mulheres, Filosofia ou Coisas do Gênero” (EDUNISC, 2008), “Filosofia em Comum” (Ed. Record, 2008), “Filosofia Brincante” (Record, 2010), “Olho de Vidro” (Record 2011), “Filosofia Pop” (Ed. Bregantini, 2011) e *Sociedade Fissurada* (Record, 2013). Publicou também romances: *Magnólia* (2005), *A Mulher de Costas* (2006) e *O Manto* (2009), *Era meu esse Rosto* (Record, 2012). É autora ainda dos livros *Diálogo/Desenho*, *Diálogo/Dança*, *Diálogo/Fotografia* e *Diálogo/Cinema* (ed. SENAC-SP). Em 2013 lançou o ensaio *Filosofia Prática, ética, vida cotidiana, vida virtual*, pela editora Record. É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie e colunista da revista Cult.

² Professora de Filosofia da PUC MINAS. Editora da Revista *Sapere Aude*. PUC MINAS.

³ Professor de Filosofia da PUC MINAS. Editor da Revista *Sapere Aude*. PUC MINAS.

termos gregos, *léthe* e *alétheia* seriam opostos, ou seja, *esquecimento* e *verdade*. A pergunta que fazemos é se seria preciso esquecer o não-dito para se encontrar uma verdade na história? Você poderia comentar um pouco essa questão, por favor?

Márcia Tiburi. A história das mulheres é a história de um esquecimento que se estabelece como recalde, pois que se as mulheres tivessem feito a história não teriam deixado a si mesmas de lado. Dizer que não se trata apenas de um dado histórico significa pensar no aspecto ideológico que define o que se faz, o que se escreve, como “história”. Há, a meu ver, um projeto de mundo, de sociedade, de política, uma verdadeira racionalidade na base da história. E esta racionalidade é o que podemos chamar de “patriarcado”, a lógica à qual se curvam todas as lógicas. Neste sentido, o patriarcado, não é um tempo, mas uma lógica, a lógica do sistema que se estabelece também como capitalismo, como consumismo, como dominação do outro. Este outro é, em termos de feminismo, “a mulher” ou “as mulheres”, mas é também a natureza, a arte, as sexualidades, as etnias, as classes sociais desfavorecidas, as diferenças de um modo geral. Este “outro” é o “não-dito” que é recalcado pela história enquanto ela se faz como narrativa da verdade. Ora, assim como se construiu ontem a “verdade da história” que vinga hoje, construímos hoje a “verdade da história” que vai vingar amanhã. A construção dessa “verdade” implica jogos de poder e de força. Que as mulheres tenham entrado nessa luta implica a modificação da verdade da história. A história precisa ser recontada. E ela pode, porque novos aspectos, aspectos inusitados são trazidos à tona quando se trata, por exemplo, de apresentar a vida e os textos de mulheres que antes deviam ficar ocultos. Neste sentido, ao trabalhar genealogicamente com a história, altera-se o lugar do “não-dito” a cada momento. Pondo-se o “não dito” em cena, a verdade é outra.

Mas o patriarcado que se apresenta como a “natureza”, a “verdade”, o “inquestionável” é também algo que não diz seu nome. Que se oculta como toda “ideologia”. Ele também é o não-dito. Neste sentido, creio que hoje, também é preciso dar “nome” aos bois, como se diz. É preciso falar claramente, mesmo que isso pareça apenas “denúncia”. Ora, a filosofia como feminismo inclui essa denúncia como categoria teórico-prática. Não fazemos filosofia para inglês ver, mas para mudar o estado social emancipando as pessoas que são vítimas de discursos e práticas sustentados em verdades preestabelecidas acriticamente.

Sapere Aude. Você tem dado tratamento bastante especial à filosofia por meio da revista *Cult*, com a apresentação de dossiês específicos e sempre críticos. Na edição 133, você publicou um texto com o nome **Feminismo e filosofia no século 20**. Sua preocupação maior parece ser o lugar que alcança hoje a questão feminista em bases contemporâneas. Você escreve sobre o feminismo filosófico e observa ser a raiz epistemológica e ética das questões feministas o que deveria ser compreendido, na medida em que fundamentar a razão e a “capacidade de argumentar com o poder que dela advém” é que se mostraria ainda hoje uma questão relevante. Afinal, estaríamos ainda diante de uma oposição à suposta natureza sensível das mulheres? Entretanto, com o retorno a um feminismo ecológico, essa suposta natureza não se mostra mais totalmente indigna, epistemologicamente falando. Como você repensaria as questões feministas a partir desse embate entre várias correntes interpretativas do próprio feminismo?

Márcia Tiburi. Realmente, a Revista *Cult* tem sido um espaço em que há anos tenho tentado desenvolver aspectos que me parecem sempre “urgentes” de se pensar. Não deixam por isso de ser essenciais. Ali eu tenho lançado aspectos programáticos da filosofia que me importa construir. Tenho tentado, tanto em alguns dossiês sob minha responsabilidade - como o recentemente publicado sobre Judith Butler e de Vilém Flusser - quanto em meus artigos mensais, levantar aspectos não tematizados para o público da revista que é composto de professores e estudantes de diversos segmentos escolares. Penso que a tarefa de uma revista como a *Cult*, da qual sou apenas convidada como colunista, seja a de abrir perspectivas, oferecendo temas e tópicos que a grande mídia abomina. O feminismo é uma preocupação para mim desde a época em que eu era estudante, desde que fazia doutorado em filosofia. Ou seja, há cerca de 20 anos. Quando editei esse dossiê, ao qual vocês se referem, eu estava interessada em intensificar as minhas pesquisas sobre o tema. Para mim, na época daquele texto não era tão claro que a filosofia ou seria feminista, ou não seria mais filosofia, pelo menos filosofia que pudesse me interessar, que eu pudesse escrever e produzir em nível de diálogo com pessoas. Hoje, creio que se trata sim, de entender e desmontar a “razão” da filosofia tradicional por meio dela mesma, mas isso para mim já é fazer feminismo. O feminismo não é uma negação abstrata, mas uma negação determinada. Feminismo como teoria crítica é o que me importa como filosofia potencial capaz de desmontar o patriarcado enquanto ele é a metafísica que resiste em toda filosofia. Rer a

história da filosofia é desmontar essa metafísica. Fazer filosofia contemporânea, inclusive, a filosofia dos conteúdos recalcados, é desmontar essa metafísica. Por meio dessa metafísica muitos argumentam que os ditos dos filósofos sobre as mulheres não passaram de efeito de uma visão de época. Verdade, os filósofos foram homens de seu tempo. Então, seu pensamento, a meu ver, não nos diz mais muita coisa se queremos a desmontagem crítica a partir do feminismo. Não diz mais nada para uma filosofia feminista. Não vejo como fazer filosofia sem que ela seja teoria crítica e não vejo como seja possível fazer teoria crítica sem feminismo. A teoria crítica é, de fato, impiedosa, a crítica da crítica. E por isso, é uma ética e uma política que quebra também com a epistemologia dominante. Feminismo é uma ética em si mesma desconstrutiva. Mesmo reconhecendo a pluralidade dos feminismos, creio que a base de todo feminismo é essa ética. Ou seja, o feminismo é uma teoria prática como é uma teoria crítica. Ao mesmo tempo, seria estranho buscar uma fundação absolutamente nova para o feminismo em práticas “matriarcais”, ou em uma linguagem de mulheres, ou uma língua da diferença. Entendo o feminismo como teoria crítica da filosofia tradicional porque ele não é o pensamento desligado da história em relação à qual ele é negação emancipatória. Mas ele abre para as linguagens da diferença, sendo, linguagem da diferença, enquanto ao mesmo tempo, sendo crítica, implica o diálogo. O feminismo é o único método (teórico e prático) capaz de tirar as mulheres e os demais seres que compõem o mundo humano e não humano da negatividade pela negação abstrata e pela submissão teórico-prática imposta pelo patriarcado. É o único caminho de emancipação que rompe com os discursos e as práticas a ele ligadas na composição da dominação masculina, branca e capitalista. Não penso que a produção de um feminismo filosófico possa levar a um feminismo “mainstream” se pensarmos esse feminismo como uma ética, que é política: denúncia e luta por abrir os olhos de todos para uma sociedade democrática. O feminismo é a ética da insurreição do “outro” que não quer mais ser objeto, que não quer mais ser designado por essa categoria para estar no mundo. Neste caso, creio que não importe mais, ao fazer feminismo, que sejamos autodenominados mulheres ou não. Podemos não querer isso e nos lançarmos em outras identidades ou no cancelamento da identidade. Todos podemos ser feministas para além do gênero, da raça, da classe social, apenas por defendermos a justiça para todos os que sofrem sob seus papéis de gênero e outras heterodesignações produzidas pela violenta metafísica do patriarcado.

Sapere Aude. Recentemente, na *Revista de Estudos Feministas*, você publicou o texto intitulado **Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão**. Nele você problematiza o alcance da *negação do feminino* a partir de uma relação das obras *Grande Sertão*, de Guimarães Rosa, e *Maneiras trágicas de se matar uma mulher*, de Nicole Loraux. Você aborda uma questão bem intrigante que é a do *gozo estético* face aos escritos masculinos sobre mulheres mortas. Afinal, em termos dialéticos, algo se apresenta e se esconde na relação entre vida e morte, aparência e significação. Como você liga essa questão ao tema do desejo? Do desejo sexual, do desejo que a psicanálise eleva ao patamar epistemológico máximo de compreensão do ser humano?

Márcia Tiburi. O desejo é um tema que sempre me intriga. Não sei bem se é melhor jogá-lo fora ou mantê-lo. Creio que pensar o desejo em termos hegelianos, kojevianos é interessante. Se o desejo é a base da luta de vida e morte que constitui o sujeito humano histórico que não pretende continuar sendo “escravo”, então vale a pena falar dele. Já o desejo sexual tal como exposto na teoria de Freud é mistificação. Sobre Lacan, me parece mais razoável, porque ele é um freudiano e um hegeliano que leu Kojève cuja ideia de que “o desejo é o desejo do outro” ele tornou famosa. Mas em temos feministas, esse desejo do “outro” implica também forjar esse outro... Lembremos de Simone de Beauvoir, para quem, em *O Segundo Sexo*, a mulher foi inventada pelo homem na sua posição minorizada, infantilizada e agradável – sempre “para” um homem que se sente o “máximo” a partir da mulher que ele salva, protege, sustenta. Creio que a contribuição da psicanálise para o feminismo é imensa por problematizar o inconsciente e assim por em cena a complexidade da histeria. Freud percebeu que havia algo de social no “adoecimento” das mulheres que analisou. Mas por outro lado, me parece péssimo o que a psicanálise faz sustentando a mística do sexo e do prazer femininos. A psicanálise fortalece a mística da mulher como mistério. Creio que se pudermos falar de um “eros feminista” ele esteja voltado para a emancipação política. E que a sexualidade que advém desses séculos de luta feminista é a do prazer emancipatório para além do gênero e dos papéis sociais. Neste sentido, psicanálise é facilmente ultrapassável pelo feminismo. O feminismo filosófico é uma superação da psicanálise que é assustadora para a psicanálise. Hoje teríamos que nos perguntar “o que é a psicanálise depois do feminismo?”, assim como temos que nos perguntar o que é a própria filosofia depois do feminismo.

Permitam-me apenas comentar um aspecto do artigo ao qual vocês se referem antes de finalizar. Eu me dei conta de que toda a textualidade ocidental é a grande construção de uma lei – por escrito – que permite ao escritor “gozar” sobre a morte de uma mulher, ou das mulheres. Entre o gozo estético e o assassinato concreto e histórico existe um elo. Me dei conta de que o feminicídio é uma questão universal e que ele já estava dado em textos e em imagens que representavam as mulheres como mortas. Do tipo, “mulher bela é mulher morta”. Essa é a lei que extrapolou os limites estéticos no romantismo sob a fachada de que seriam apenas “estéticos”. Antes desse texto, na mesma linha, eu já havia escrito sobre Ofélia e a fórmula de Edgar Allan Poe que reza que o motivo mais poético do mundo é uma bela mulher morta. O imaginário masculino é letal. Como, infelizmente, a realidade é produzida com ideias, essas ideias dos homens sobre as mulheres precisam ser analisadas de perto.

Sapere Aude. Gostaríamos de mudar o rumo das perguntas com certa preocupação acadêmica e tomar trilhas menos formais, mas com grande impacto na cultura midiática atual. No programa do qual você participou durante muito tempo, “Saia justa”, e que dava tratamento de relevo às questões sobre a mulher na cultura, como vocês, interlocutoras e apresentadoras do programa, viam o mundo da perspectiva prático-teórica de mulheres? Este foi e ainda é um programa de grande alcance nacional e, claro, aberto a críticas, motivo pelo qual se mantém atual. Um dos resultados dos cinco anos de participação no “Saia justa” foi, entre outros, a publicação de seu livro *Olho de Vidro*. Você poderia comentar um pouco sobre o sentido de participar de um programa que às vezes parece um pouco conservador, no qual o lugar ocupado pelas mulheres, focado de perspectivas bastante díspares, parece muitas vezes se afastar de preocupações feministas, chegando mesmo, em certos momentos, a deturpar um pouco a imagem de feministas ou de perspectivas e discursos feministas na cultura?

Márcia Tiburi. Quando fui convidada a fazer o *Saia Justa* eu não sabia o que era o programa. Não o assistia, não assisti e não assisto hoje. Eu não tenho televisão há anos. Gosto de brincar que televisão é uma coisa para se fazer e não para assistir. Bom, quando cheguei ao programa, eu também não sabia que ele era conservador. Não havia esse tom, mas eu mesma não tinha ainda assumido posicionamentos mais fortes no campo do

feminismo. Eu creio que eu era ainda muito imatura em termos de feminismo. Eu tinha um interesse muito teórico pelo feminismo. Devo ao programa a minha prática feminista. Foi lá que eu comecei a perceber a misoginia no discurso das próprias mulheres. Foi lá que eu precisei me posicionar. Antes eu não precisava. Nunca tinha vivido situações em que o meu modo de aparecer como “mulher” estivesse em jogo. Mas ali sim, eu me senti compelida a me autoafirmar como feminista e descobri que era uma causa muito maior para mim. O *Saia Justa* é uma amostra social, como é qualquer instituição. Infelizmente nunca pode ser uma amostra mais completa porque a televisão é racista e classista, mas nem todo mundo queria a manutenção desse modelo. Havia pessoas democráticas fazendo o programa, e outras não democráticas. Mas, sobretudo, havia a “burguesia” ali representada que em geral é alienada e ignorante. Isso havia, mas a ignorância do Brasil estava lá também representada. No meu caso, creio que nunca ninguém pode – precisou ou quis - dizer que era feminista na televisão. Eu disse e isso me deixa muito contente. Mas eu descobri isso ali, porque eu mesma estava sempre na “berlinda”. Além disso, creio que é importante destacar que, no tempo em que eu fazia o *Saia Justa* do qual saí em 2010, a experiência brasileira era outra. Hoje certamente eu seria expulsa do programa porque eu consolidei alguns de meus posicionamentos em termos práticos. A escrita de *Olho de Vidro* contribuiu para isso. Ao pesquisar e meditar para escrever o livro eu expliquei para mim mesma o que eu pensava da televisão. Minha intenção era escrever um livro entre a fenomenologia e a crítica, entre a política e a epistemologia. Não sei se consegui, mas tentei. *Olho de Vidro* foi um projeto naquele tempo sem o qual fazer televisão teria perdido o sentido muito rapidamente. Como filósofa eu precisava refletir sobre o que fazia, como escritora, eu precisava escrever a minha reflexão. O livro conclui dizendo que a televisão precisa ser de todos. Que todos devem fazê-la. Que ela não pode ficar na mão de poucos.

Sapere Aude. E finalmente, se possível, gostaríamos que comentasse também algo que está em seu último livro sobre a *sociedade fissurada*. A fissura, enquanto um conceito típico da nossa modernidade tardia, parece depender do desenvolvimento da indústria cultural e das formas de biopoder, já que ela indica um desejo não por um objeto, mas pelo próprio desejo. Se entendemos corretamente o seu livro, você acha que uma “ausência de reflexão” vinculada a aspectos discursivos sobre o poder, são tópicos principais que levam certos indivíduos à ânsia por drogas? Entretanto, queremos propor aqui uma provocação, se você

nos permite. Também o papel que ocupamos hoje na sociedade de consumo, não estaria nos levando a uma quebra de uma suposta identidade que nos joga e impõe referências fúteis, de marcas, objetos, valores utilitários, e nos separa cada vez mais de bases, que poderíamos chamar *humanistas*, solidárias, de respeito pelo outro? Você acha que estes seriam tópicos conexos, ou a indústria cultural nos fez esquecer até mesmo de princípios morais e de relações intersubjetivas que firmaram o conceito de sujeito ao longo da história? E nesse momento, nos recordamos de um texto de 2005 de Judith Butler, *Giving an Account of Oneself*, no qual a filósofa analisa inicialmente algumas questões propostas por Adorno em um ciclo de conferências sob o nome de *Problemas da filosofia moral*. Segundo Butler, em uma de suas conferências de 1963, Adorno teria indicado que as questões morais sempre surgem quando “as normas morais de comportamento deixam de ser óbvias e indiscutíveis na vida de uma comunidade”. Adorno se coloca também crítico de um suposto *ethos* comum e coletivo, que muitas vezes apenas serve de repressão e violência das individualidades. Nessa lógica adorniana, as questões morais surgem quando o *ethos* coletivo perde autoridade ou instrumentaliza a violência para manter a aparência de seu caráter coletivo. O que Butler nos ajuda a refletir e a questionar é se esse *eu* que deve, de alguma forma, se apropriar das normas morais não está também sempre condicionado por normas que estabelecem a viabilidade do sujeito contemporâneo?

Tentando fazer aqui uma correlação de seu livro com o de Butler, tendo Adorno como chave de leitura, perguntamos: frente a que exatamente estaríamos diante? Frente a um novo modelo moral de desejo pelo desejo, no qual a droga substitui valores éticos impostos sob o crivo da violência? Ou teríamos diante de nós simulacros de sujeitos que perderam o fio do reconhecimento social, mas emergem como incômodos, como algo que incomoda e dói e por isso justamente este “algo” coisificado nos faz rever o que somos na sociedade de consumo?

Márcia Tiburi. Em *Sociedade Fissurada*, eu pretendia uma reflexão sobre as confusões entre drogas e vícios. Era preciso, a meu ver pensar a substância e, ao mesmo tempo, pensar o sujeito (ou o não-sujeito) que a utiliza. De fato, a sociedade fissurada seria a sociedade que deriva da sociedade de massas e do espetáculo, é uma sociedade cuja característica é a

administração e a ausência de reflexão. Nela, a ausência de pensamento reflexivo que permite a crítica acontece ao mesmo tempo que uma “entrega” corporal que já tinha sido denunciada em *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer e que depois veio a ser o tópico foucaultiano da biopolítica. Não creio que a ausência de reflexão leva às drogas, até porque, no livro, cuido de tratar da palavra “droga” em seu sentido ideológico. O que se chama de fissura no livro é, sim, o desejo, mas um desejo monstruoso, um desejo em estado de aniquilação. O livro *Sociedade Fissurada* não condena as drogas, ao contrário, tenta apresentar bases fortes para uma ética antiproibicionista – em relação às drogas convencionadas - que possa sinalizar para uma política no mesmo nível. Mas droga ali é tudo. Desde a televisão até a mania de perfeição física. No livro, tratei da questão da esteticomania. No cenário “esteticomaníaco” a adoração das mercadorias é a regra litúrgica. O capitalismo como religião está contemplado no livro. As marcas entram nele como moedas da ostentação. No meu próximo livro, *Filosofia Prática*, tento aprofundar esse tema ainda mais na direção de pensar a experiência ética. Os livros estão conectados. O que chamo de fissura é justamente o lugar onde o clássico sujeito reflexivo da filosofia perde seu lugar. Sabemos que a aniquilação do sujeito é parte do projeto capitalista. Com riqueza subjetiva a ordem do sistema não se sustenta. A fissura é que é administrada pelo poder. As drogas são usadas pelo governo como “dispositivo”. O sujeito seria aquele capaz de se libertar desse estado de coisas. Neste sentido, diante do estado de coisas, ele é utópico. Ora, sem sujeito, não teremos ética. Ao mesmo tempo, o livro quer discutir que “sujeito” é esse. Por que não defendo a ideia de uma Sujeito com S maiúsculo. Mas ao mesmo tempo, não fomento a aniquilação do sujeito nos tempos de sua aniquilação. Verdade que perdemos nossa subjetividade, somos devorados pela máquina, mas isso não é motivo para fomentar o seu fracasso. O fracasso prático nos deve levar a mover uma ética capaz de alertar para outra direção. A meu ver, ainda podemos discutir a formação e as deturpações da subjetividade. Neste sentido, é claro que as “normas” estão em jogo. As normas que controlam a todos, o *ethos* coletivo e o individual. Mas esse me parece um argumento que peca por confiar demais na circularidade e deixar de lado a chance de uma ruptura. Creio que a ruptura é possível e que o “sujeito” reflexivo é a sua potência. Ele não é simplesmente um “eu”, mas não deixa de ter relação com ele em alguma medida. A

experiência só é possível a um “eu” que pensa e sente. Um “eu” lançado nas misérias da vida social e política. O “eu” é um sinal da experiência empobrecida em nossa época.

Neste sentido, tentando responder sua última e instigante pergunta, creio que sim, em *Sociedade Fissurada*, eu quis mostrar que estamos “unidos” com as drogas em muitos sentidos. As chamadas drogas são muito mais nossas vítimas do que nós delas. Entre o álcool, o cigarro, a maconha, a cocaína, a televisão, as roupas de marcas, os alimentos industrializados, as fissuras digitais por redes, celulares, hiperconexão, nos estabelecemos como moralistas e não como sujeitos éticos. Esta é uma diferença importante para mim. Adorno pensa que a moral faz sentido e que ela precisa ser ao mesmo tempo criticada. Eu não. Penso que não podemos sustentar “valores” éticos. Neste sentido não sou humanista. Penso que é preciso sustentar o direito à liberdade de cada um. Vocês dirão, mas a liberdade é um valor. Concordo, mas numa ética consistente ela é muito mais um método de convivência, uma parte do jogo, do acordo que podemos fazer para produzir uma convivência sem violência. Em *Sociedade Fissurada* não proponho uma ética. Apenas uma análise do círculo vicioso do nosso próprio pensamento preconceituoso em relação a “drogas”, no qual não separamos o que é vício e o que é cinismo. A ética que creio seja possível de propor para pensar, algo que faço em Filosofia Prática que é publicado neste ano, é uma ética, digamos assim, dinâmica. Ela depende de relações e de nossa capacidade para responder a pergunta: o que estamos fazendo uns com os outros?

Certamente estamos diante de uma outra circunstância social, política, histórica que nos obriga a recolocar a questão ontológica. Hoje em dia diversos pensadores tem se dedicado a pensar o “pós-humano”, talvez essa seja a nossa questão. Mas ainda pode ser cedo demais para isso.

Sapere Aude. Em nome da Revista *Sapere Aude* da PUCMINAS, agradecemos muito sua participação no dossiê sobre Epistemologia Feminista. Pensamos sempre que esta seção de entrevistas é o que dá vivacidade à revista e, nesse momento, devemos essa condição a você.

Magda Guadalupe dos Santos. PUCMINAS.

Sergio Murilo Rodrigues. PUCMINAS.